

Reflexões¹ sobre comunicação pública e cultura do cuidado: aproximações possíveis para a gestão de riscos e desastres²

Rafaela Redin RUBERT³

Prof.^a Dr. Cleusa Maria Andrade SCROFERNEKER⁴

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS⁵

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo refletir sobre as possíveis aproximações entre a comunicação pública e a cultura do cuidado, considerando a gestão de crises e desastres, a partir da noção de cuidado alicerçada na percepção do outro, da pluralidade e da alteridade (WOLTON, 2023). Neste sentido, a importância do sistema político para a gestão de crises e desastres, onde a informação e a comunicação são cruciais, revela o papel da comunicação pública. Embora sejam reflexões preliminares, já nos permitem sinalizar que a comunicação pública tem o potencial de estimular a cultura do cuidado, ao assumir a perspectiva dialógica da comunicação.

PALAVRAS-CHAVE: Comunicação pública; gestão de riscos e desastres; alteridade; cultura do cuidado.

Breve contextualização

No atual processo da globalização, o avanço das tecnologias da comunicação, a interatividade e a velocidade de disseminação de informações amplificam a

¹ Destacamos que são reflexões iniciais que fazem parte da nossa proposta de Dissertação de Mestrado em Comunicação Social, na Linha “Práticas nas mídias, organização e poder”, do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PPGCOM/PUCRS, cujo ingresso ocorreu em março de 2024.

² Trabalho apresentado no Grupo de Trabalho “Risco, Crise e Comunicação”, evento integrante da programação do 23º Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul, realizado de 13 a 15 de junho de 2024.

³ Jornalista, especialista em Comunicação e Marketing Político, estudante de Especialização em Administração Pública no Século XXI e mestranda do PPGCOM/PUCRS. E-mail: rafaela.rubert@edu.pucrs.br.

⁴ Orientadora da pesquisa. Pós-Doutorado em Comunicação e Doutorado em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (USP). Professora Titular da Escola de Comunicação, Artes e Design (FAMECOS) e do PPGCOM/PUCRS. Coordenadora do Grupo de Pesquisa Avançados em Comunicação Organizacional-GEACOR/CNPq. Bolsista PQ/CNPq 2. E-mail: cscrofer@gmail.com / scrofer@pucrs.br.

⁵ O presente trabalho foi realizado com apoio da PUCRS através do Programa Institucional de Bolsas PRO-Stricto.

individualização. Em momentos de crises e desastres, a ideia do “outro”, com suas diferenças e vulnerabilidades ficam ainda mais aparentes, evidenciando a necessidade da comunicação para minimizar conflitos e estimular a convivência entre as diferentes vozes.

São essas reflexões preliminares que permeiam este artigo e que buscam, através de uma pesquisa bibliográfica, trazer possíveis aproximações entre a comunicação pública e a cultura do cuidado. No dizer de Gil (2008), essa, é a etapa “[...] desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos” (GIL, 2008, p. 50). Stumpf (2006, p. 51), por sua vez, considera que a pesquisa bibliográfica é “[...] o planejamento global inicial de qualquer trabalho de pesquisa que vai desde a identificação, localização e obtenção da bibliografia pertinente sobre o assunto, até a apresentação de um texto sistematizado [...]”.

Ao propor uma ética do cuidado, Brugère (2023, p. 30) aponta que ela deve ser pensada “a partir da descrição de situações de tensão em que atuam protagonistas submetidos a uma grande vulnerabilidade”. Conforme a pesquisadora, ela pode ser traduzida por solicitude e cuidado:

o primeiro exprime a capacidade de se preocupar com os outros e a conduta específica que consiste em se preocupar com os outros, identificados por uma necessidade ou uma vulnerabilidade muito grande; o segundo, por sua vez, reagrupa um conjunto de atividades ou de práticas sociais que problematizam em conjunto o fato de cuidar e de receber o cuidado (BRUGÈRE, 2023, p. 31-32)

Tronto e Fisher (2008) propõe que o cuidado se trata de um compromisso, não aquele motivado por interesse próprio e, sim, o que busca um mundo melhor através de prática e disposição relativos à satisfação das necessidades.

No entendimento de vulnerabilidade e de preocupação com o outro, o conceito da ética do cuidado e das éticas para desastres de Zack (2009) se assemelham, pois, para a autora, moral e ética dizem respeito ao bem-estar humano e a obrigação com esse bem-estar. Zack (2009, p. 2) afirma que, consensualmente, “um desastre é algo repentino que envolve grandes danos a um grande número de pessoas, morte ou destruição de propriedades onde vidas são perdidas” (em tradução livre).

Na Sociedade de Risco, Beck (2011) aponta para a noção de conflitos e mercantilização geradas pelos riscos - como frutos de um vácuo político-organizacional. Para o referido autor:

É justamente ao lidar com os riscos que se origina uma multiplicidade de novos conflitos e diferenciações. Estes não se atêm mais ao esquema da sociedade de

classes. Eles surgem sobretudo da ambivalência dos riscos na sociedade de mercado desenvolvida: os riscos não são nesse caso apenas riscos, são também oportunidades de mercado. É precisamente com o avanço da sociedade de risco que se desenvolvem como decorrência as oposições entre aqueles que são afetados pelos riscos e aqueles que lucram com eles. Da mesma forma, aumenta a importância social e política do conhecimento, e conseqüentemente do acesso aos meios de forjar o conhecimento (ciência e pesquisa) e disseminá-lo (meios de comunicação de massa) (BECK, 2011, p. 56).

No mesmo caminho, em que a questão do conhecimento e da consciência do risco é tratada como importante para a criação de futuros alternativos, Serra (2006, p. 3) assinala que a sociedade atual não é apenas qualificada como uma “sociedade de risco”, mas também como uma “sociedade da informação” ou “da comunicação”. Portanto, ao tratar de comunicação de riscos o autor salienta que “a informação é considerada como um factor crucial nas situações de risco, em especial nas catástrofes, pelos organismos que lidam mais de perto com esse tipo de situações” (SERRA, 2006, p. 3).

De facto, numa sociedade em que os cidadãos em geral e os media em particular tendem a atribuir, ao sistema político, a responsabilidade pela sua segurança e protecção contra toda a espécie de riscos, a ocorrência de uma situação de risco é, desde logo, assacada por esses cidadãos e esses media às decisões ou à ausência de decisões do governo e da administração, em especial aos seus elementos mais directamente ligados à segurança pública. (SERRA, 2006, pág. 14).

Abordando essas “organizações responsáveis”, Zack (2009), citada por Santos e Serafim (2020), reforça que essa gestão de riscos e de desastres é reconhecida e deve ser parte dos esforços dos governos, “ao considerar que são principalmente as organizações governamentais que possuem a capacidade material e administrativa para se preparar efetivamente para os desastres e responder a eles” (SANTOS; SERAFIM, 2020, p. 7).

A comunicação pública e o interesse público

Apesar do conceito de comunicação pública ainda estar em desenvolvimento, relevando em alguns momentos algumas incertezas conceituais, há um ponto de confluência entre diversos pesquisadores como Duarte (2012), Matos (2012), Koçouski (2013) e Weber (2017) sobre sua essência que é: a supremacia do interesse público, também como uma perspectiva ética.

Considerando a multiplicidade de atores da comunicação pública, dentre eles, o Estado, o Terceiro Setor, partidos políticos, imprensa, empresas privadas, etc., no

entendimento de Koçouski (2013, p. 53), o Estado é “o único entre os citados que deve atuar integralmente com a comunicação pública”, “uma vez que suas atividades têm obrigação legal de serem pautadas” pelo interesse público e pela exigência de transparência.

Segundo Weber e Locatelli (2022, p.144), “as democracias exigem que governos e instituições de Estado publicizem suas ações e estabeleçam relações por meio de sistemas poderosos de tecnologia e de profissionais, designados pela prescrição constitucional e a normatividade da comunicação pública”. Para a referida autora (Weber, 2017, p. 23), ela pode ser entendida “como instância do debate público capaz de mobilizar a comunicação institucional do estado (os três poderes e instituições), a comunicação mediática (mídias de massa, mídias alternativas) e a comunicação da sociedade (sociedade organizada, grupos e públicos), nas democracias contemporâneas”. Como um indicador de qualidade na democracia e de incentivo ao debate, a comunicação pública é a esfera que possui mais visibilidade e que tem a capacidade de “fazer circular opiniões e movimentos em torno de temas vitais ao indivíduo, à sociedade, ao Estado e à política, de modo organizado ou espontâneo” (WEBER, 2017, p. 37).

Assim, podemos entender, tal como Koçouski, que:

[...] comunicação pública é uma estratégia ou ação comunicativa que acontece quando o olhar é direcionado ao interesse público, a partir da responsabilidade que o agente tem (ou assume) de reconhecer e atender o direito dos cidadãos à informação e participação em assuntos relevantes à condição humana ou vida em sociedade. Ela tem como objetivos promover a cidadania e mobilizar o debate de questões afetas à coletividade, buscando alcançar, em estágios mais avançados, negociações e consensos (KOÇOUSKI, 2013, p.54).

Estando o cidadão no centro do processo de comunicação, como destaca Duarte (2012, p. 61), a comunicação pública garante esse direito à informação, à expressão e ao diálogo, respeitando as suas características e necessidades. Ou seja, ao fomentar o convívio de lógicas heterogêneas e ampliar os laços sociais, tal como pondera Wolton (2010), a comunicação pública também tem o potencial de estimular a cultura do cuidado.

Os processos de informação e de comunicação contribuem para estruturar, por meio das múltiplas interações, um novo espaço público baseado num vínculo social mais dinâmico e frágil. [...] Privilegiar o entendimento na comunicação e no funcionamento do espaço público significa, portanto, refletir também sobre a necessidade de administrar, ao mesmo tempo, as diferenças inerentes às nossas sociedades e a manutenção de um princípio de unidade, tendo em perspectiva a renovação dos aspectos contemporâneos do laço social. (WOLTON, 2010, p.. 25 e 26)

Neste sentido, considerando a importância do sistema político para a gestão de crises e desastres, onde a informação e a comunicação são cruciais, é impossível ignorar o papel da comunicação pública.

Algumas considerações necessárias

A noção de cuidado aqui, alicerçada na percepção do outro, assinala a negociação para a convivência e a coabitação de pontos de vista diferentes, isto é, “Não há comunicação política sem liberdade, igualdade e respeito pela alteridade, nem sem referência a identidade e diversidade cultural” (WOLTON, 2023, p. 13).

Na sua pesquisa, Quinteros (2023, p.83) pressupõe que o risco é "uma dimensão constitutiva da comunicação pública, uma vez que se trata de um tema de agenda de interesse público e faz-se necessária a participação social na tomada de decisões, principalmente das comunidades impactadas”. Para a pesquisadora, essa comunicação de riscos e de desastres “se fundamenta nos mesmos princípios da comunicação pública e ambas encontram dimensões no tripé comum: as mediações, as relações entre públicos interlocutores e a participação social para a tomada de decisões sobre os riscos” (QUINTEROS, 2023, p. 185).

Para Matos (2012, p. 57) a comunicação pública favorece a criação de um ambiente de intercâmbio onde floresce o capital social, atribuído por ela como uma rede social de interações informativas, que gera debates e participação e “promove valores que aumentam a coesão social”. Nesta medida, a “comunicação pública é (e o capital social também é) uma ação coletiva sobre questões de interesse público, cujo objetivo é a tomada de decisões consensuais para benefício mútuo”.

De tal modo, mesmo que de forma preliminar, as aproximações e reflexões propostas na fase inicial desta pesquisa nos permitem sinalizar que, ao assumir a perspectiva dialógica, pautada pela garantia do direito à informação, à transparência e à alteridade, a comunicação pública tem o potencial de estimular e atuar como propulsora da cultura do cuidado.

REFERÊNCIAS

BECK, Ulrich. **Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade** / Ulrich Beck; tradução Sebastião Nascimento. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2011.

BRUGÈRE, Fabienne. **A ética do cuidado** / Fabienne Brugère ; tradução Ercilene Vita. 1. Ed. – São Paulo: Editora Contracorrente, 2023.

DUARTE, Jorge. Instrumentos de comunicação Pública. In: DUARTE, Jorge. **Comunicação Pública: Estado, Mercado, Sociedade e Interesse Público**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2012.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

KOÇOUSKI, Marina. Comunicação Pública: construindo um conceito. In: MATOS, Heloiza. **Comunicação Pública: Interlocuções, interlocutores e perspectivas**. São Paulo: ECA/USP, 2013.

MATOS, Heloiza. Comunicação Pública, esfera pública e capital social. In: DUARTE, Jorge (org.). **Comunicação Pública: Estado, Mercado, Sociedade e Interesse Público**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2012.

QUINTEROS, Cora Catalina. **A comunicação pública do clima e risco de desastres: imbricações comunicacionais sobre as políticas públicas em Curitiba**. 250 p. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação / Escola de Comunicações e Artes / Universidade de São Paulo. São Paulo, 2023.

SANTOS, L. S.; SERAFIM, M. C. Quando o Desastre Bate à Porta: Reflexões sobre a Ética da Gestão Pública de Riscos e de Desastres. In: **Administração Pública e Gestão Social**, [S. l.], v. 12, n. 2, 2020. DOI: 10.21118/apgs.v12i2.6011. Acesso em: 05 de setembro de 2023.

SERRA, Paulo. Os riscos da comunicação na comunicação dos riscos. Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação. 2007. Disponível em: <<https://www.bocc.ubi.pt/pag/serra-paulo-riscos-da-comunicacao.pdf>>. Acesso em: 28 de novembro de 2023.

STUMPF, I. R. C. Pesquisa bibliográfica. In: DUARTE, J.; BARROS, A. (orgs.). Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

TRONTO, Joan C. Sobre los cuidados. In: **Revue du Mauss**. Número 2. La Découverte, 2008. p.I-XX

WEBER, Maria Helena. Nas redes de comunicação pública, as disputas possíveis de poder e visibilidade. In: **Comunicação pública e política – pesquisa e práticas** / organização Maria Helena Weber, Marja Pfeifer Coelho e Carlos Locatelli. Florianópolis: Insular, 2017. p. 23-58

WEBER, Maria Helena; LOCATELLI, Carlos. Realidade e Limites da Pesquisa Empírica em Comunicação Pública. **Revista Matrizes**, São Paulo, v. 16, n. 1, p. 141-159, jan./abr. 2022. Disponível em: < <http://dx.doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v16i1p141-159>>. Acesso em: 26 abr. 2024.

WOLTON, Dominique. **Comunicar é negociar** / Dominique Wolton ; tradução de Juremir Machado da Silva - Porto Alegre: Sulina, 2023.

_____. **Informar não é comunicar** / Dominique Wolton ; tradução de Juremir Machado da Silva - Porto Alegre: Sulina, 2010.

ZACK, N. (2009). **Ethics for Disaster**. Lanham, MD: Rowman & Littlefield.